

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Antonina, 29 de abril de 2024.

Senhores Acionistas,

A administração do PPF – Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia") em conformidade com as disposições previstas em seu estatuto e as leis vigentes, submete à apreciação de seus acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Companhia teve uma receita operacional líquida acumulada no período de R\$ 181.181 milhões, 17% maior quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 154.917 milhões), e um prejuízo no período de R\$ 4.918 milhões, ainda sob impacto dos custos da liquidação das debêntures da 1ª emissão e dos custos e despesas da liberação dos recursos da 2ª emissão de debêntures (impacto este de 24 milhões).

O EBITDA no exercício teve significativa evolução, saindo de R\$ 24,2 milhões em 2022 para um EBITDA de R\$ 56 milhões, evolução de 131%, reflexo de majoração das tarifas em geral e otimização de performances operacionais.

Importante destacar a elevada receita com armazenagem de produtos, incremento de 28%, partindo de R\$ 54,1 milhões em 2022 para R\$ 69,2 milhões em 2023, em especial fertilizantes, por conta da redução da velocidade da movimentação do produto por questões mercadológicas (muito em consequência da guerra (Rússia-Ucrânia) dos importadores e seus clientes).

A movimentação de produtos teve uma evolução de 5,6%, saindo de 1,2 mil toneladas em 2022 para 1,3 mil toneladas ao findar 2023.

A companhia continua exercendo forte gestão nos custos operacionais, custos administrativos, redução de horas extraordinárias e otimização da utilização dos recursos disponíveis.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2023 totalizaram R\$ 64,8 milhões, sendo principalmente destinados às obras de ampliação, construção de armazéns para fertilizantes, aquisição de equipamentos informática, máquinas e equipamentos, instalações, infraestrutura e sistema de segurança.

A companhia não mede esforços para dar cumprimento às rígidas normatizações alfandegárias e à toda a legislação de que trata o tema de segurança portuária e dos colaboradores, mantendo estrita aderência a toda a legislação em vigor.

Dentre os investimentos destinados ao aumento da capacidade estática de armazenagem, em ritmo acelerado de construção (79% da obra realizada) o armazém de fertilizantes com capacidade para 120.000 toneladas, já em operação com cerca de 2/3 de sua capacidade.

Ao término destas obras, a capacidade estática da Companhia passará das atuais 492.000 toneladas para 548.000 toneladas, incremento de 11,3% na capacidade de armazenagem da Companhia.

Os investimentos acumulados acima mencionados (R\$ 64,8 milhões) representam aproximadamente 36% da receita operacional líquida acumulada, evidenciando o compromisso da Companhia a realizar os investimentos que darão suporte ao crescimento que nossos orçamentos projetam.

DRAGAGEM E INFRA MARÍTIMA

Com relação ao tema da Dragagem, é importante destacar que é obrigação do Poder

Concedente, através da APPA-Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, realizar a manutenção das condições de navegabilidade no canal e bacia de evolução.

Neste sentido, está em execução, pela APPA, o Contrato nº 097/2018, referente execução dos serviços de dragagem de manutenção continuada nas áreas de responsabilidade da APPA por um período de 05 (cinco) anos. A Ordem de serviço para início da execução dos serviços foi assinada pela APPA em meados de 2019.

Por força do contrato de Arrendamento do PPF é obrigação da APPA executar a manutenção de dragagem nas áreas do Canal de Navegação (áreas Delta 1) e Bacia de Evolução (Delta 2).

Este contrato permanece vigente até 2024.

Atualmente a APPA concluiu a dragagem da área Delta1 (canal de acesso à Antonina), e após a realização de batimetria para verificação das profundidades o calado homologado pela Autoridade Marítima é de 9,0 metros de profundidade.

A manutenção das condições de profundidade e calado nos berços de atracação a obrigação é do PPF. Em 2023 foi realizada 2 campanhas de manutenção dos berços de atracação. No total foram investidos mais de R\$ 8,9 milhões em dragagem diretamente pelo PPF. Atualmente, canal, bacia e berços estão elegíveis a terem suas profundidades ajustadas pelas autoridades competentes. Contudo, esse processo compete a Autoridade Marítima (Capitania dos Portos) em conjunto com a Autoridade Portuária (APPA).

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) acaba de celebrar um marco significativo para a infraestrutura portuária regional, assinando um novo contrato de dragagem de manutenção com um consórcio formado por duas das maiores empresas de dragagem do mundo. Este acordo, estabelecido para os próximos dois anos, prevê a realização de duas campanhas anuais de dragagem tanto na região do canal de acesso quanto na bacia de evolução. Este esforço coordenado tem como principal objetivo minimizar qualquer risco associado à navegação no canal de acesso ao PPF garantindo assim a segurança e a eficiência na movimentação de cargas.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final de 2023 a Companhia contava com 319 funcionários. Estes colaboradores recebem, além dos rendimentos fixos, pacote de benefícios que incluem seguro de vida e plano de saúde extensivo aos seus dependentes.

AMBIENTAL, SOCIAL

AMBIENTAL

A Companhia, em sua constante busca pelas melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, implementa um abrangente programa de gestão ambiental. Este programa abarca tanto ações que atendem a requisitos legais quanto outras de natureza voluntária, evidenciando o compromisso profundo da empresa com a preservação ambiental e com a responsabilidade social. Dentre as inúmeras iniciativas destacam-se: Educação Ambiental, promovendo ações contra a dengue e a limpeza regular de vias e manguezais;

A Campanha de Redução do Consumo de Água, enfatizando a importância da conservação hídrica;

Adesão ao Mercado Livre de Energia, visando opções mais sustentáveis e econômicas de energia;

O desenvolvimento e a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);

Monitoramento de Emissões Atmosféricas e Controle de Vetores;

Vigilância constante de Efluentes e Qualidade da Água, incluindo a água de lastro dos tanques dos navios e das águas da baía e seus afluentes;

Condução de Auditorias Ambientais, conforme a Resolução CONAMA 306/2002;

Estabelecimento de um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) e de um Plano de Emergência Individual (PEI).

Adicionalmente, a doação de todo material reciclável produzido no porto a duas cooperativas de catadores em Antonina agora é reconhecida como uma colaboração estratégica entre o Porto de Paranaguá e Antonina (PPA) e a ACAPRA, juntamente com a Associação de Catadores do Km4. Essa parceria sublinha o compromisso do porto com a sustentabilidade e o apoio à economia local, transformando os resíduos de suas operações em benefícios para as comunidades locais e estimulando práticas eficazes de reciclagem.

A empresa também realiza anualmente o relatório de emissão de gases de efeito estufa, evidenciando sua preocupação e transparência em relação à sua pegada ambiental. Além disso, já estão em andamento ações de neutralização de carbono, demonstrando o comprometimento da companhia não só com a mitigação dos impactos ambientais de suas operações mas também com a promoção de um futuro mais sustentável.

No âmbito social, a companhia mantém um forte compromisso, apoiando várias campanhas solidárias anuais. Entre elas, destaca-se a Campanha do Agasalho do Programa de Voluntariado Paranaense - Provopar de Antonina, e a participação em projetos sociais e ambientais da PORTOS DO PARANÁ, como o Projeto Porto Escola. Este último reflete o empenho da companhia na formação educacional das crianças de Antonina e do litoral, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade integrada, que engloba tanto questões ambientais quanto o desenvolvimento social das comunidades onde atua.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Nossa atividade está intrinsecamente ligada ao agronegócio e neste contexto é importante reforçar que o Brasil ocupa lugar de destaque no cenário mundial.

De acordo com o ministério da agricultura, o agronegócio segue produzindo com êxito e abastecendo o mercado. A estimativa da safra brasileira de grãos 2023/2024, ainda em andamento, base relatório março 2024 da CONAB será de 295,6 milhões de toneladas, correspondendo 7,6 % abaixo do obtido na safra 2022/2023. As principais causas foram as condições climáticas desfavoráveis nas principais regiões produtoras: Centro-oeste, Sudeste e Matopiba, que tiveram perdas significativas sobretudo soja, principal produto cultivado no período.

O Mercado de fertilizantes brasileiro continua com demanda aquecida e crescente, e a inexistência de produção nacional de adubos que supram essa demanda, mantém-se firme a necessidade de importação. Importante ressaltar que as condições de clima e solo do Brasil não permitem produção agrícola com grande produtividade sem o uso destes insumos e que atualmente 85% da produção agrícola é fertilizada por insumos que vêm de fora do país.

A relação de troca de produtos agrícolas (notadamente soja e milho) versus fertilizantes deixou de ser tão favorável ao grão, o que poderá frear um pouco a demanda por este insumo.

O PPF tem como principal atividade a operação de descarga de fertilizantes oriundos do mercado externo, sendo este produto responsável por 60% da movimentação total da companhia nos últimos 5 (cinco) anos. Com base nos parâmetros institucionais, nos investimentos e nas projeções de cargas dos principais clientes, nossa estimativa para 2024 é de uma movimentação física de cargas de aproximadamente 890.000 toneladas. Em termos de Receita Operacional prevê-se para o exercício de 2024, um montante aproximado de R\$ 257 milhões, o que representará uma evolução de 33% , quando comparado ao exercício de 2023, impulsionado pela conquista de novos clientes e aumento do mix de produtos.

A administração da Companhia acredita que com os investimentos realizados na infraestrutura operacional em 2023 e sua continuidade em 2024, o aumento no mix de produtos operados, o restabelecimento do calado, bem como a garantia da dragagem de manutenção até 2024 já contratada e sendo realizada pelo poder concedente e por último, porém o mais importante, o cenário muito favorável ao agronegócio, alcançarão os resultados positivos estabelecidos dentro do planejamento estratégico, comprovando a tendência de forte crescimento em sua atividade operacional.

Atenciosamente
A Administração.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS ENCERRADOS EM

	(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	181.181	154.917
Custos dos Serviços Prestados	28	(116.149)	(115.356)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		65.032	39.561
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(25.023)	(23.596)
Despesas Gerais e Administrativas	29	(35.370)	(29.837)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	30	10.347	6.241
LUCRO OPERACIONAL		40.009	15.965
Receitas Financeiras	31	8.017	8.768
Despesas Financeiras	31	(48.021)	(15.776)
Instrumentos Financeiros Derivativos	31	-	(117)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		5	8.840
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	32	(74)	(964)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(4.849)	(1.899)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.918)	5.977
Quantidade de Ações		231.387	231.387
Resultado por Ação (Em Reais)		(0,0213)	0,0258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES ENCERRADOS EM

	(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(4.918)	5.977
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(4.918)	5.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM			
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		32.835	26.606
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	280	1.775
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	06	501	4.996
Contas a Receber de Clientes	7.1	16.675	7.735
Títulos a Receber	7.2	10.102	1.328
Estoques		971	1.603
Impostos a Recuperar	08	284	190
Adiantamentos	09	3.107	7.586
Despesas do Exercício Seguinte	10	326	1.393
Partes Relacionadas	11	589	-
NÃO-CIRCULANTE		355.044	290.196
Realizável a Longo Prazo		105.349	122.794
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	06	5.236	14.016
Partes Relacionadas	11	73.067	70.664
Adiantamentos	09	16.503	28.899
Impostos a Recuperar	08	4.120	3.341
Depósitos Judiciais	23	332	633
Impostos Diferidos	12.1	6.091	5.241
Investimentos	13	-	230
Direito de Uso	14	24.387	-
Imobilizado	15	225.064	167.026
Intangível	16	244	146
TOTAL DO ATIVO		387.879	316.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADOS					
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital Social	Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021	140.013	9.084	-	(4.306)	144.791
Resultado do Exercício	-	-	-	5.977	5.977
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(569)	-	569	-
Realização do Tributo Diferido	-	194	-	(194)	-
Reservas de Lucros	-	-	1.560	(1.560)	-
Dividendos	-	-	-	(486)	(486)
Em 31 de dezembro de 2022	140.013	8.709	1.560	-	150.282
Resultado do Exercício	-	-	-	(4.918)	(4.918)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(568)	-	568	-
Realização do Tributo Diferido	-	193	-	(193)	-
Dividendos	-	-	(1.457)	-	(1.457)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	(103)	103	-
Em 30 de dezembro de 2023	140.013	8.334	-	(4.440)	143.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais	5	8.840
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	16.071	6.113
Baixa Líquida de Ativos Imobilizados e Intangíveis	160	3.439
Movimentação de PCLD - Clientes	59	162
Movimentação de PCLD - Valores a Receber	-	(210)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(117)	317
Provisões Perdas de Estoque	41	(109)
Varição Cambial Líquida	(964)	-
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado	(38)	-
Constituição Impairment - Imobilizado	-	(1.568)
Provisão/Reversão Contingências	147	1.860
Provisões Contratuais	1.480	1.651
Atualização Monetária	(6.074)	-
Ganho na venda de investimentos	5.855	-
Tributos Diferidos	(5.843)	-
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(8.152)	707
Títulos a Receber	(8.774)	5.727
Estoques	591	(221)
Impostos a Recuperar	(873)	(912)
Adiantamentos	16.875	(18.802)
Partes Relacionadas	-	(4.121)
Despesas do Exercício Seguinte	1.067	-
Depósitos Judiciais	301	(129)
Fornecedores	12.152	(1.002)
Obrigações Tributárias	(1.210)	(1.426)
Obrigações Sociais e Previdenciárias	2.363	285
Adiantamento de Clientes	16.672	8.658
Obrigação com Parcelamentos	1.696	(3.716)
Outras Contas a Pagar	31	37
Imposto de Renda pago	(74)	(964)
Outros Créditos	-	(1.165)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	43.447	3.451
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(63.218)	(49.559)
Receita de Venda de Ativos Imobilizados e Intangíveis	60	425
Aumento de Participações Acionárias	(1.026)	-
Venda de Participações Acionárias	230	-
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	13.275	(1.013)
Juros Pagos - Capitalização no Ativo Imobilizado	(1.714)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(52.393)	(50.147)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	8.946	35.459
Liquidação de Empréstimos e Financiamentos	(5.010)	(18.315)
Juros pagos - Empréstimos	(4.374)	-
Liquidação Debêntures	(74.585)	-
Captação de Debêntures	100.338	-
Juros pagos - Debêntures	(5.733)	-
Operações com debêntures	-	(2.839)
Dividendos	(1.943)	-
Empréstimos Mútuos	(1.992)	-
Arrendamentos - Pagamentos	(6.433)	-
Arrendamentos - Juros Pagos	(1.763)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	7.451	14.305
ALIMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.495)	(32.391)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.775	34.166
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	280	1.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENCERRADOS EM

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Receitas	193.009	164.941
Vendas de serviços	193.009	163.361
Outras receitas	-	1.580
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(98.515)	(107.497)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98.515)	(107.497)
(=) Valor adicionado bruto	94.494	57.444
(-) Depreciação e amortização	(6.614)	(6.113)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	87.880	51.331
(+) Valor adicionado recebido em transferência	8.017	8.768
Receitas financeiras	8.017	8.768
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	95.897	60.099
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	36.043	25.342
Impostos, taxas e contribuições	16.752	2.887
Remuneração de capitais de terceiros	48.021	15.893
Juros	22.007	13.812
Varições cambiais	520	1.964
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	117
Debentures	20.420	-
Outras Despesas Financeiras	5.074	-
Remuneração de capitais próprios	(4.918)	5.977
Lucros retidos / Prejuízos do Período	(4.918)	5.977
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	95.897	60.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

O Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia"), com sede à Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, bairro Itapema de Baixo, Antonina-PR, tem como objeto principal e preponderante a atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários no Porto de Antonina, localizado no Estado do Paraná. A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público" e foi outorgada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995 e aditivos posteriores.

Em 24 de março de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato do Termo Aditivo através do Processo 00045.002494/2014-54 referente ao 11º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, tem como objeto a prorrogação antecipada e o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento nº 003/95, de 26 de abril de 1995, o qual rege o arrendamento de área de 267.309 m² (duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e nove metros quadrados), condicionado à realização dos investimentos novos propostos pelo Porto Ponta do Félix S.A., necessários à readequação e modernização das estruturas físicas do terminal, com vistas à movimentação e armazenagem de todos os produtos na forma de carga geral solta, unitizada em contêiner, a granel sólido e líquido e veículos em regime de entreposto na modalidade de exportação, importação, inclusive DAC (Depósito Alfandegado Certificado) e cabotagem, à exceção de cargas estabelecidas como perigosas, de acordo com a IMCO (International Maritime Consulting Organization), produtos da classe I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13.

De acordo com este novo termo aditivo, com a prorrogação antecipada, a vigência do Contrato de Arrendamento nº 003/95 fica prorrogada até 31 de dezembro de 2037.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$ 72.893, ante um capital circulante líquido negativo de R\$ 34.159 em 31 de dezembro de 2022.

Informações não auditadas

A Companhia efetuou investimentos expressivos durante o ano de 2023, perfazendo um total de R\$ 64.801, dentre os quais há investimentos com o objetivo de modernizar suas instalações e expandir sua capacidade de armazenagem. Dentre esses investimentos, destacam-se a construção de silos para grãos vegetais com capacidade nominal de 37.200 toneladas, e um armazém para fertilizantes com capacidade estática para 120.000 toneladas, que incrementarão a capacidade de armazenagem da Companhia, representando um aumento de 56,3% em relação ao exercício anterior (informações quantitativas operacionais não auditadas).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de abril de 2024.

Impactos da COVID-19

A operação da Companhia tem ocorrido regularmente, sem interrupções ou paralisações desde o início da pandemia de COVID-19, bem como nos períodos posteriores de maior incidência de contágio. Essa atividade é respaldada pelo Decreto Federal sobre atividades essenciais, que garante o transporte interno de produtos agropecuários e alimenta o fluxo de exportação e gera demanda na importação de insumos.

A administração tem monitorado os efeitos da pandemia sobre suas operações, compromissos e direitos financeiros e, não há, até a data de emissão destas informações contábeis intermedárias, evidências de que esses eventos possam afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

A partir de 05/05/2023 ficou decretado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) o fim da pandemia.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as normas e procedimentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todos os saldos informados foram arredondados para o milhar mais próximo, em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ou passivos financeiros originados por instrumentos financeiros derivativos são mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. Qualquer ganho ou perda mensurada subsequentemente é reconhecida no resultado. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentadas na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 - Transações em Moeda Estrangeira e moeda funcional

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 - Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas esperadas no recebimento de créditos).

3.5 - Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.6 - Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são mensurados inicialmente pelo seu valor justo, atualizados posteriormente até a data do balanço conforme previsões contratuais e são classificados conforme a previsão de recebimento, suportada por contratos entre as partes. Quando previsto atualização monetária, são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado e registradas de acordo com a competência.

3.7 - Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo contratual do arrendamento. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato de concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A vida útil por grupo de bens do ativo imobilizado para os exercícios corrente e futuros são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos
Móveis e utensílios	6 a 25 anos
Veículos	5 a 20 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.8 - Arrendamentos

Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito).

De acordo com o CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2).

3.9 - Redução ao valor recuperável (Impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

3.10 - Debêntures

As debêntures são títulos negociáveis a longo prazo, que asseguram aos seus detentores o direito de crédito contra a Companhia. Esses títulos de dívidas são emitidos e oferecidos para os investidores (Debenturistas), que recebem uma remuneração até o vencimento dos títulos. As debêntures não são conversíveis em ações. Seu reconhecimento inicial é a valor justo, acrescido dos custos de transação. A atualização é pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos.

3.11 - Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.12 - Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são registrados inicialmente pelo valor justo dos adiantamentos financeiros recebidos e representam a obrigação da Companhia em prestar os serviços portuários, conforme contrato firmado entre as partes. A classificação entre passivo circulante e não circulante segue a expectativa de prestação dos serviços, sendo apresentado como passivo não circulante o que exceder 12 meses da data base desta demonstração financeira.

3.13 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.15 - Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

3.16 - Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

As principais receitas reconhecidas são de armazenagem e de operação portuária (embarque e desembarque).

3.17 - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 - Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.20 - Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo e passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.21 - Normas, alterações e interpretações de normas

Normas em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, com vigência a partir do exercício de 2023, mas sem impacto significativos nas demonstrações financeiras:

Norma	Correlação IASB	Data de vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1 / IFRS 2	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01/01/2023

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação IAS 12 01/01/2023

Novas normas emitidas e em vigor a partir de 2024

As normas novas e alteradas emitidas, estão descritas a seguir.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 03 e CPC 40 - Demonstração dos fluxos de caixa / Instrumentos financeiros	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 / IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos	Passivo de Locação em Sale and Leaseback (Transação de venda e retro arrendamento).	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante (Alteração ao CPC 26/IAS 1).	IAS 1	Pronunciamento	01/01/2024

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como não há outras normas emitidas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em período subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem em maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- (a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) Vida útil e valor residual do ativo imobilizado;
- (c) Impairment dos tributos diferidos, ativos imobilizados e estoques;
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	5
Bancos	238	230
Aplicações(a)	37	1.540
Total	280	1.775

(a) A companhia possui R\$ 37 aplicados em um fundo de investimento de liquidez diária, que teve uma rentabilidade anual de 13,21% em 2023. Esse fundo cobra uma taxa de administração de 0,30% ao ano.

6. Aplicações Financeira - Conta Vinculada

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação Vinculada Take or Pay - Curto Prazo (a)	501	4.247
Aplicação Vinculada Take or Pay - Longo Prazo (a)	5.236	11.800
Fundo de Reserva - Debêntures	-	749
Fundo de Reserva - Liquidação das Debêntures	-	2.216
Total	5.737	19.012
Parcela Circulante	501	4.996
Parcela Não Circulante	5.236	14.016
Total	5.737	19.012

(a) Fundo de reserva no montante de R\$ 5.737 cujos recursos são mantidos na conta vinculada para liberação conforme a realização pelo faturamento de serviços, dos adiantamentos de clientes recebidos da Cervejaria Petrópolis.

7. Contas a Receber de Clientes e Títulos a Receber

7.1 - Clientes a receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	11.590	3.285
Clientes internacionais	5.106	4.254
Partes relacionadas (Nota 11)	200	358
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa (a)	(221)	(162)
Total	16.675	7.735
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	8.257	1.575
Vencidos de 01 a 30 dias	2.796	2.609
Vencidos de 31 a 180 dias	2.244	717
Vencidos há mais de 180 dias	3.599	2.966
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(221)	(162)
Total	16.675	7.735

(a) A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída pela administração da Companhia com base em aspectos específicos a respeito de seus clientes, tais como ramo de negócio, situação do crédito em geral, conjuntura econômica de mercado. Do montante de R\$ 3.599, vencido há mais de 180 dias, R\$ 2.257 não foram provisionados por decisão da administração, sendo eles assim segregados: R\$ 695 refere-se a partes relacionadas; R\$ 818 referem-se ao recebimento de um sinistro de carga que está sendo discutido; e R\$ 744 de outros clientes que estão em processo de negociação, sendo parte dos valores compensáveis com faturas vencidas na rubrica de fornecedores. A Administração não identificou risco de perdas até a data de finalização destas informações contábeis.

Composição das contas a receber por tipo de moeda:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reais (R\$)	11.790	3.643
Dólar Americano (US\$)	5.106	4.254
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(221)	(162)
Total	16.675	7.735

7.2 - Títulos a receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Venda de Resíduos	37	4
Reembolsos	106	133
Serviços prestados a clientes - corte da receita mensal (a)	-	897
Fortepar	421	-
Recuperação de Sinistros	296	-
UPI Norte Investimentos S.A.(b)	9.225	-
Outros	19	296
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(2)
Total	10.102	1.328

(a) Refere-se a receita reconhecida proporcionalmente por serviços prestados até o encerramento do mês, em que a conclusão de embarques ou desembarques ocorreu no mês seguinte, com subsequente emissão de nota fiscal de faturamento.

(b) Em dezembro de 2023, a FTS e o Porto Ponta do Felix formalizaram uma Cessão de Crédito, efetivada em 31 de março do mesmo ano, como resultado da venda da empresa Interbulk à UPI Norte. Isso levou à reclassificação contábil de um valor de R\$ 9.225, que foi transferido da rubrica de

mútuos para contas a receber da UPI Norte. O pagamento deste montante está agendado para 27 de abril de 2024. Caso a UPI Norte falhe em quitar o crédito até a data acordada, a FTS se obriga a reembolsar o Porto Ponta do Felix o valor total cedido, dentro de um período de 5 dias.

8. Impostos a Recuperar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
CSRF a recuperar	19	-
PIS a Recuperar	-	13
COFINS a Recuperar	-	35
IRRF a Recuperar	158	142
IRRF sobre mútuos	4.227	3.341
Total	4.404	3.531
Parcela Circulante	284	190
Parcela Não Circulante	4.120	3.341
Total	4.404	3.531

(a) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assesores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.

(b) A Companhia decidiu por manter constituído o Impairment no montante de R\$ 1.080, por entender que é baixa a expectativa de realização dos créditos de 2017 referente a PIS; R\$ 466, COFINS: R\$ 254, IRPJ: 279 e CSLL: R\$ 81.

9. Adiantamentos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	-	223
Operação Portuária	-	-
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	16.503	11.482
Mútuos	-	-
Saur Equipamentos S.A.	80	-
Manutenção Equipamentos	-	-
MPAX Logística e Participações Ltda.	205	205
Serviços Portuários	-	-
Medeiros & Emerick Advogados	-	-
Serviços Jurídicos	-	200
Associados SS	-	-
Liebherr Brasil Ltda.	101	-
Manutenção Equipamentos	-	-
Lufer Indústria Mecânica S.A.	-	45
Manutenção Equipamentos	-	-
MZ Equipamentos Portuários Ltd	500	-
Locação de Equipamentos	-	-
TBX Consultoria e Participações Ltda.	387	300
Serviços Portuários	-	-
Rinnert Group Ltda.	497	-
Aquisição de Ativos	-	-
Interbulk Ltda. (a)	-	8.491
Serviços Portuários	-	-
FTS Participações Societárias S.A.	-	14.535
Serviços Portuários	-	-
Immec Indústria Metalúrgica	-	-
Manutenção e Comerc. Ltda.	158	144
Locação de Equipamentos	-	-
DTA Engenharia Ltda.	342	-
Serviços Portuários	-	-
Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.	-	355
Assessoria de Crédito	-	-
Outros	837	505
Outros	-	-
Total	19.610	36.485
Parcela Circulante	3.107	7.586
Parcela Não Circulante	16.503	28.899
Total	19.610	36.485

(a) Adiantamentos realizados para empresa ligada Interbulk. O valor de R\$ 5.000 foi adiantado em 22/12/2021 através do contrato de armazenagem que foi recebido em 60 meses pela prestação de serviços de armazenagem e movimentação de produtos encerrando em 2023.

10. Despesas Antecipadas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Dragagens	-	1.157
Seguros	326	211
Taxas municipais	-	25
Total	326	1.393

11. Partes Relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre as partes relacionadas, oriundas de prestações de serviços de operações portuárias, armazenagem e de mútuos ativos. Os saldos em aberto de transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	Natureza da operação	31/12/2023	31/12/2022
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Contas a Receber	200	358
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Adiantamentos (a)	16.503	11.482
Interbulk Ltda.	Adiantamentos	-	8.491
Total Contas a Receber		16.703	20.331
Interbulk Ltda.	Mútuos (ii)	-	235
Agriater Agronegócios Ltda.	Mútuos (ii)	2.491	2.579
Equiplan Participações S.A.	Mútuos (ii)	63.133	60.859
FTS Participações Societárias S.A	Mútuos (v)	-	6.991
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Mútuos (iii)	4.127	9.970
Impairment - Prejuízo Fiscal (iv)		(4.127)	(9.970)
Total Empréstimos a Receber		73.656	70.664
Passivo	Natureza da operação	31/12/2023	31/12/2022
Food Security Solutions Dmcc	Comercial (f)	-	8.010
Agriater Agronegócios Ltda.	Comercial (f)	1.000	1.000
Total Passivo (Nota 23)		1.000	9.010

As transações com partes relacionadas, devido a características específicas dos contratos, não são precificadas nas mesmas condições de mercado e, consequentemente, não são compatíveis às operações com empresas que não são partes relacionadas. Dessa forma são pactuadas em condições particulares entre as respectivas partes.

(a) Em 2022 a Companhia adiantou o montante de R\$ 6.000 (seis milhões de reais) para o pagamento da dívida junto ao Banco do Brasil, a fim de que a garantia da Fortesolo para as debêntures fosse liberada. O valor será restituído ao término da quitação das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia formalizou um Termo de Cessão de Crédito e encontro de contas entre PPF e Fortesolo. Do montante de R\$ 16.503, em aberto na conta de adiantamentos, R\$ 11.483 serão compensados dentro desse Termo. Em 25 de janeiro de 2023 a Companhia realizou a transferência de R\$ 5.020 à Fortesolo, para quitação do imóvel com matrícula 40048, alienado fiduciariamente ao Banco Cooperativo Sicredi S.A. através de instrumento particular de constituição de caução como condição precedente para integralização da 2ª emissão de debentures. Esse valor será restituído ao final do contrato de Debêntures.

(f) Transações comerciais: As operações entre as empresas referem-se a agenciamento e serviços de operação portuária.

(ii) Mútuos: a Companhia possui contratos de mútuos ativos com as empresas acionistas e coligadas. Os montantes foram liberados nos meses março/2016, setembro/2016, dezembro/2016, fevereiro/2017, abril/2017, maio/2017 e junho/2017 e o prazo de liquidação do valor mutuado é de 60 (sessenta) meses, sendo facultado o pagamento antecipado total ou parcial da dívida, que deverá ser corrigida a partir da data de assinatura até o momento do efetivo pagamento pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Em setembro/2021 foram realizados aditivos contratuais, prorrogando os prazos por 60 (sessenta) meses, dos contratos de mútuos que venceram até o 4º semestre de 2021.

No segundo trimestre de 2022 foram realizados aditivos contratuais de mútuos vencidos em 16/02/2022, 31/05/2022 e 12/06/2022, prorrogando os prazos por mais 60 meses.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Em 28 de dezembro de 2018, dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) a Companhia permitiu a utilização de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social pelo grupo acionista controlador. Desta forma, transferiu os referidos valores os quais originaram valores a receber das partes relacionadas.

(iv) Em 04 de março de 2020, os acionistas acordaram que o reembolso referente ao item (iii) será realizado pelas partes anualmente após o encerramento do exercício fiscal na proporção da efetiva redução dos tributos a serem recolhidos pela Companhia, em razão do abatimento que seria possível no caso de não ter ocorrido a cessão dos prejuízos. Dada às condições de recebimento dos valores a Companhia constituiu Impairment sobre o montante total. Em 30 de setembro de 2022, foi efetuado a reversão de R\$ 1.568 referente a utilização da base negativa da contribuição social da Equiplan Participações S.A., em decorrência do cancelamento do pedido de adesão ao PERT devido ao não pagamento do pedágio de 5% do valor da dívida consolidada.

(v) No dia 17 de março de 2023, foi estabelecido um contrato de mútuo no valor de R\$ 8.010, cujo desembolso ocorreu em 16 de novembro de 2022. O objetivo do contrato foi possibilitar a venda da participação da Companhia e da FTS Participações Societárias S.A. na empresa Interbulk S/A. O pagamento do empréstimo estava previsto para o dia 30 de junho de 2023, ajustado de acordo com a correção do IPCA/IBGE. No segundo trimestre de 2023, a FTS fez uma restituição parcial ao PPF no montante de R\$ 4.000 em duas parcelas, sendo R\$ 3.000 em 1 de junho e R\$ 1.000 em 6 de junho de 2023, a qual resultou em um saldo remanescente de R\$ 4.010.

Em 30 de junho de 2023, foi constituído um novo contrato de mútuo no valor de R\$ 2.612 referente a participação na venda da empresa Interbulk S.A. correspondente a US\$ 500 mil à taxa de 5,2243 (cotação de 16/02/2023).

A Companhia celebrou contrato de prestação e serviços com o fornecedor Tucuman Engenharia e Empreendimentos Ltda. para realização das obras de prolongamento PIER – Berço 3, no valor total de R\$ 71.000. Diante disso, e, em virtude dos mútuos que a Companhia tem a receber da FTS, como forma de recebimento do saldo em aberto, foi realizado Instrumento Particular de Assunção de Responsabilidade de Pagamento onde a FTS se compromete a realizar os pagamentos futuros pelas obras no PIER – Berço 3 diretamente à Tucuman, limitados ao valor total de R\$ 24.992. Considerando que o início da obra depende da liberação de licença ambiental e das medições de serviço, a Administração julgou de difícil estimativa o montante a ser realizado dentro dos próximos 12 meses, e, manteve, portanto, o valor integral a receber da FTS como ativo não circulante.

Em dezembro de 2023, mediante a formalização de uma Cessão de Crédito entre a FTS e o Porto Ponta do Felix, concretizada em 31 de março de 2023, decorrente da alienação da empresa Interbulk à UPI Norte, procedeu-se à reclassificação contábil do montante de R\$ 9.224, da rubrica de mútuos para valores a receber de UPI Norte. O pagamento desse valor está previsto para o dia 27 de abril de 2024. Na eventualidade de a UPI Norte não efetuar o pagamento do crédito cedido até a data limite estabelecida, a FTS compromete-se a restituir ao Porto Ponta do Felix o montante integral do crédito cedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

12.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são constituídos sobre diferenças temporárias como PCLD, Impairment de impostos a recuperar, imobilizado e provisões para contingências, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impairment – Impostos a Recuperar	1.080	1.080
Impairment – Imobilizado	1.050	1.050
PECLD	223	164
Provisão de Despesas / APPA	9.834	7.581
Provisão para Contingências	5.665	5.518
Provisão para Perdas de Estoque	63	22
Total de Diferenças Temporárias	17.915	15.415
Aliquota	34%	34%
Total	6.091	5.241

12.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos passivos

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram constituídos sobre o custo atribuído, revisão da vida útil do imobilizado e antecipação de receitas.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Diferido	3.226	3.362
Contribuição Social Diferida	1.163	1.122
Total	4.389	4.484

12.2 – Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados de R\$ 40.407 e base negativa de contribuição social em montante aproximado de R\$ 78.048, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função do histórico recente de falta de histórico de rentabilidade, e na incerteza das premissas que são utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros.

13. Investimentos

A Companhia possuía o valor de R\$ 230 na participação da Interbulk S.A. cuja participação societária totalizava 10% da investida e era reconhecida contabilmente a custo. Em 17 de abril de 2023, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 1.026 mil, passando o total do investimento de R\$ 230 para R\$ 1.256, com a mesma participação de 10%.

Como ato subsequente, devido a venda da participação, concluída no segundo trimestre de 2023, no valor de R\$ 7.111, foi realizada a baixa do custo do investimento de R\$ 1.256 e de R\$ 5.855 na rubrica de outras receitas e despesas operacionais, refletindo o ganho apurado na venda.

14. Direito de Uso e Arrendamentos

No terceiro trimestre de 2023, a Companhia celebrou contratos de arrendamento de armazéns estruturados, máquinas e equipamentos, e, portanto, registrou um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento correspondente nas demonstrações financeiras desde a data de início dos respectivos contratos de arrendamento.

Para a determinação das taxas de desconto aplicadas, a Companhia se baseou nas taxas de juros, livres de risco disponíveis no mercado brasileiro, as quais foram ajustadas em consideração ao risco de crédito específico da Companhia, levando em conta os prazos estabelecidos nos contratos de arrendamento.

Descrição	Saldo em		Saldo em
	31/12/2022	Movimentação	
		Adições	Depreciação
Direito de Uso	-	33.844	(9.457)
A composição dos valores reconhecidos no passivo como Arrendamentos de direito de uso possui a seguinte disposição:			
Descrição	31/12/2023		31/12/2022
Arrendamentos Direito de Uso	31.285		-
Encargos sobre Arrendamentos	(5.637)		-
Total	25.648		-
Parcela Circulante	7.873		-
Parcela Não Circulante	17.775		-
Total	25.648		-

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	Pagamentos Futuros
2024	7.873
2025	8.733
2026	6.866
2027	2.176
Total	25.648

15. Imobilizado

	Terrenos e Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Comput. e Periféricos	Benfeitorias em Bens de Terc.	Imobilizado em And.	Adto. Imobilizado em And.	Impairment Máq. Equip. e Edificações	Total
	1,66%	4% a 20%	4% a 16,66%	5% a 20%	1,66%	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	127.461	22.478	530	2.405	39	74.707	17.473	(1.050)	244.043
Dep. Acumulada	(66.442)	(9.220)	(498)	(826)	(31)	-	-	-	(77.017)
Valor Líquido Contábil	61.019	13.258	32	1.579	8	74.707	17.473	(1.050)	167.026
(+) Adições	356	355	106	636	-	55.115(a)	8.233	-	64.801
(-) Baixas	-	(77)	(14)	(8)	-	(130)	-	-	(229)
(+/-) Transferência	9.873	-	-	2	-	(9.875)	-	-	-
(-) Depreciação	(5.097)	(1.061)	(37)	(383)	(3)	-	-	-	(6.581)
(+) Baixas da Depreciação	-	35	12	-	-	-	-	-	47
Saldo Final	66.151	12.510	99	1.826	5	119.817	25.706	(1.050)	58.038
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	137.690	22.756	622	3.035	39	119.817	25.706	(1.050)	308.615
Dep. Acumulada	(71.539)	(10.246)	(523)	(1.209)	(34)	-	-	-	(83.551)
Valor Líquido Contábil	66.151	12.510	99	1.826	5	119.817	25.706	(1.050)	225.064

(a) Conforme disposto na NBC TG 20 (R2) – Custos de Empréstimos, no quarto trimestre a Companhia capitalizou o montante de R\$ 216, aplicando uma taxa de capitalização acumulada de 3,49%, composta por 2,41% de taxa efetiva de juros e 1,08% do IPCA acumulado no trimestre, sobre os valores classificados como bens em construção e adiantamentos destinados a essas obras, totalizando R\$ 1.714 em 2023. Os custos de empréstimos que podem ser diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais requerem um período substancial para ficarem prontos para uso, são incorporados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos. O imobilizado em andamento é representado principalmente por edificações e maquinários dos armazéns em fase de construção, cuja vida útil inicial será atribuída pela administração, quando estiverem prontas para utilização nas atividades da empresa.

A Companhia não possui saldos de bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais ou empréstimos.

16. Intangível

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	778	778
Amortização Acumulada	(632)	(632)
Valor Líquido Contábil	146	146
(+) Adições	131	131
(-) Amortização	(33)	(33)
Saldo Final	244	244
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	909	909
Amortização Acumulada	(665)	(665)
Valor Líquido Contábil	244	244

17. Fornecedores

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	26.877	14.725
Total	26.877	14.725
Composição das contas a pagar por idade de vencimento:	31/12/2023	31/12/2022
Avencer	8.767	6.977
Vencidos de 01 a 30 dias	7.311	2.178
Vencidos de 31 a 180 dias	5.851	2.266
Vencidos há mais de 180 dias	4.948	3.304
Total	26.877	14.725

18. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Encargos (a.a.)	Moeda	Vencimento	Garantia	31/12/2023	31/12/2022
Limite de crédito						
Banco ABC	60,00%	Reais (R\$)	-	N/A	262	211
Empréstimo Banco Daycoval	15,97%	Reais (R\$)	30/12/2024	Aval – Fidor	86	172
Empréstimo Caixa Econômica Federal	8,35% a 12,84%	Reais (R\$)	31/08/2026	Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Contrato Cervejaria Petrópolis e Aval Fidor	8.525	7.298
Empréstimo Banco Luso Brasileiro	6,40%	Reais (R\$)	05/12/2024	N/A	11.869	10.507
Empréstimo Banco Itaú	16,78%	Reais (R\$)	30/11/2026	Aval – Fidor	7.627	10.619
Total					28.369	28.807
Parcela Circulante					13.738	9.166
Parcela Não Circulante					14.631	19.641
Total de Empréstimos e Financiamentos					28.369	28.807
Composição por idade de vencimento:					31/12/2023	31/12/2022
A vencer em um ano					13.738	9.166
A vencer em dois anos					4.190	19.641
A vencer em três anos					10.441	-
Total					28.369	28.807
19. Debêntures					31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª Emissão					-	68.437
Debêntures Principal – 2ª Emissão					154.428	-
Debêntures Encargos – 2ª Emissão					(49.262)	-
Custo de Emissão					(23.923)	(6.852)
Saldo					81.243	61.585
Parcela Circulante					6.861	3.827
Parcela Não Circulante					74.382	57.758
Composição por idade de vencimento:					31/12/2023	31/12/2022

A vencer em um ano	19.873	3.827
A vencer em dois anos	18.891	8.066
A vencer em três anos	17.910	8.066
A vencer a mais de três anos	24.569	41.626
Total	81.243	61.585

Debêntures – 1ª emissão

Em 10 de novembro de 2021 ocorreu a primeira emissão de debênture com o objetivo de ampliação do terminal, a expansão, construção e reforma de novos armazéns, incluindo silos de armazenagem e berços de atracação, em um total de 72.000 debêntures simples da Companhia, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional (direitos creditórios, imóveis, fianças e ações de partes relacionadas e próprios), em série única, perfazendo o montante total de R\$ 72.000 (setenta e dois milhões de reais). Na emissão das Debêntures ocorreram gastos para captação dos recursos no montante de R\$ 7.576 (31 de dezembro de 2021) que são apropriados no decorrer do contrato. Sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,50% ao ano. O prazo de vencimento é de 10 anos (dez anos) contados a partir da data de emissão, 17 de novembro de 2021, com carência de 24 meses.

As Debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente a partir de dois dias úteis à data de primeira integralização dos CRIs até a data de vencimento das Debêntures pela variação acumulada do IPCA.

O contrato previa cláusulas restritivas, dentre elas a de atingimento de indicadores financeiros pela Companhia a partir do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022, tendo como penalidade, pelo não atingimento, o vencimento antecipado das debêntures. Contudo, com a 2ª emissão de debêntures mencionada a seguir e a quitação da 1ª emissão se cessaram as penalidades e o atingimento dos indicadores financeiros. O termo de quitação da 1ª emissão de debêntures ocorreu em 25 de janeiro de 2023.

Debêntures – 2ª emissão

Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia contratou através da 2ª emissão de debêntures, 171.042 debêntures ao valor nominal de R\$ 1 (mil reais), não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados, com vencimento em 15 de dezembro de 2032, sujeita a diversas cláusulas e obrigações, incluindo a liquidação da primeira emissão. A liquidação da 1ª emissão de debêntures ocorreu em 25 de janeiro de 2023. Além disso, a Companhia incorreu em várias despesas relacionadas à primeira emissão de debêntures, que foram contabilizadas como despesas diferidas e amortizadas ao longo de vários meses.

O valor total da operação totalizou R\$ 171.042, com remuneração correspondente a 10% a.a. acrescidos do IPCA e vencimento em 15 de dezembro de 2032. Os custos de emissão serão amortizados ao longo da vigência da operação. As debêntures serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, seguindo os termos e condições estabelecidos na presente Escritura de Emissão. A primeira integralização contemplou 114.000 debêntures, o saldo remanescente de 57.042 debêntures não foi integralizado por opção da Companhia, sem quaisquer impactos ou prejuízos nas cláusulas e valores já integralizados. Na data da 1ª integralização, conforme consta no boletim de subscrição, o preço de subscrição foi de 87,6979%, o que resultou em um deságio de R\$ 14.024, cujo valor foi registrado na rubrica despesas financeiras no resultado.

Vencimento antecipado

Dentre as obrigações estipuladas para evitar o vencimento antecipado, os principais são:

- pagamento pontual dos encargos remuneratórios e obrigações pecuniárias da Companhia e fiadores;
- reestruturação societária da Companhia e dos fiadores sem anuência do debenturista;
- apresentação de proposta de recuperação judicial;
- rescisão contratual do contrato de arrendamento do porto;
- distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia ou fiadores em montante superior aos dividendos obrigatórios previstos na lei societária;
- resolução, anulação, declaração de nulidade, distrato, rescisão ou resilição do Contrato de Take or Pay com certos clientes da Companhia, incluindo contratos de resolução, anulação, declaração de nulidade, distrato, rescisão ou resilição do Contrato de Take or Pay complementares;
- manutenção de faturamento mínimo anual;
- indicador financeiro de Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a: (i) 4,75x a ser medido com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023;
- outras obrigações.

Garantias

As garantias da operação são:

- alienação fiduciária de imóveis de sociedade pertencente ao mesmo grupo empresarial da Companhia em região portuária de Paranaguá-PR;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios presentes e futuros, decorrente de contrato de armazenagem e prestação de serviços com cliente da Companhia;
- recursos bancários depositados em conta de aplicação financeira vinculada;
- a cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos Contratos Take or Pay Complementares, e, de todos os demais direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes de toda e qualquer relação comercial firmada ou a ser firmada com as partes dos Contratos Take or Pay Complementares, e/ou qualquer de suas controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos Retidos	670	1.619
ISS a Pagar	474	350
PIS a Pagar	51	82
COFINS a Pagar	235	634
IRPJ e CSLL	790	745
Total	2.220	3.430

21. Obrigações Sociais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a Pagar	931	413
FGTS a Pagar	168	112
INSS a Pagar	580	357
IRRF	365	317
Férias	2.136	1.771
Provisões PLR	1.464	311
Total	5.644	3.281

22. Obrigações Com Parcelamentos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento IRRF sobre salários	265	669
Parcelamento CPRB	-	2
Parcelamento PGN	1.163	2.407
Parcelamento ISS	52	141
Parcelamento Taxas (INMETRO/CVM)	30	57
Parcelamento INSS	2.192	-
Parcelamento CSLL / IRPJ	1.766	2.382
Parcelamento PIS/COFINS	1.945	-
Outros Parcelamentos	173	232
Total	7.586	5.890
Parcela Circulante	3.215	2.806
Parcela Não Circulante	4.371	3.084
Total	7.586	5.890

23. Provisões Contratuais APPA

Em 2023, a companhia movimentou 1,36 milhões de toneladas, ficando abaixo da meta contratual de 2 milhões de toneladas estabelecida no contrato de arrendamento. Essa diferença gerou uma provisão de R\$ 1.480 para cobrir a discrepância entre o volume estimado e o realizado, totalizando em 31/12/2023 o montante de R\$ 6.739. Apesar de um bom desempenho em armazenagem, fatores de mercado afetaram a capacidade operacional do cais, restringindo o aumento das toneladas movimentadas.

24. Adiantamentos de Clientes

Os contratos de alguns clientes preveem dois tipos de adiantamentos: recebimentos antecipados de operações de navios e adiantamentos contratuais.

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Cashmere Capital Ltd		27	664
Cervejaria Petrópolis S.A.	Contratual	19.347	17.893
Keytrade Ag	Contratual	2.708	2.459
G. Filho de Melo Ltda		2.472	-
Coamo Agroindustrial Cooperativa		1.528	-
Uralkali Trading S.A. (Nota 11)	Contratual	-	8.010
Agriater Agronegócios Ltda. (Nota 11)		1.000	1.000
Timbro Swiss Ltd		168	168
Food Security Solutions Dmcc	Contratual	5.318	-
Ameropa Ag		3.175	-
Koch Fertilizer Llc	Contratual	592	1.254
Nutrimilho Indústria e Comércio de Alimentos Ltda		-	279
Ed&F Man Sugar Ltd	Contratual	9.485	-
Job Fertilizantes Ltda		738	-
Terra Nova Trading Ltda		329	-
Ocp Fertilizantes Ltda		258	-
Viterra Agriculture Brasil S.A.		573	-
Golden Agri International pte Ltd		-	570
Bfertil S.A.		278	-
Yara Brasil S.A.		702	-
Outros		845	574
Total		49.543	32.871
Parcela Circulante		32.463	18.088
Parcela Não-Circulante		17.080	14.783
Total		49.543	32.871

25. Provisão Para Contingências

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias são realizadas análises individuais. Considerando o potencial de perda, estas são classificadas em provável, possível e remoto, sendo indicadas os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

Provisão	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	328	436
Tributários	5.337	5.082
Total	5.665	5.518
Depósitos Judiciais	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	296	608
Cíveis	36	25
Total	332	633

As ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia resultam no montante de R\$ 5.665 em 31/12/2023 (R\$ 5.518 em 31/12/2022). A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 332 em 31/12/2023 (R\$ 633 em 31/12/2022) que estão representados por processos favoráveis a Companhia.

As ações judiciais cuja probabilidade é considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia é conforme abaixo:

Provisão	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	7.870	6.510
Cíveis	4.247	3.577
Tributários	907	-
Total	13.024	10.087

26. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social
A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) de ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 140.013 mil representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Acionistas	Qtde.	Valor	%
Equiplan Participações S.A.	192.352	116.392	83,14%
FTS Participações Societárias S.A.	29.345	17.757	12,68%
Agriater Agronegócios Ltda.	9.590	5.803	4,14%
Outros	100	61	0,04%
Total	231.387	140.013	100,00%

(b) Ajuste de avaliação patrimonial
Nesta conta está registrado especificamente o efeito de custo atribuído ao Ativo Imobilizado, com base no ICPC - 10, respectiva realização e os impostos diferidos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior do ajuste avaliação patrimonial	8.709	9.084
(-) Realização do Custo Atribuído	375	(569)
(+) Realização do Tributo Diferido	(750)	194
Saldo final do ajuste de avaliação patrimonial	8.334	8.709

(c) Destinação do lucro
Conforme Art. 5 do estatuto social, as ações ordinárias dão direito a voto e não tem preferência no pagamento de dividendos. As ações preferenciais têm os mesmos direitos, exceto o voto e tem prioridade no recebimento de um dividendo não cumulativo de 10% ao ano sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social, pelo número de ações que o compõem, sem prejuízo de participação nos lucros idêntica à atribuição das ações ordinárias, quando superior a esta taxa, depois de ter assegurada do dividendo mínimo obrigatório

Nos termos do Art. 23, itens I, II e III do estatuto social da Companhia, os lucros serão destinados da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II - 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o art. 20 da Lei 6.404/76.

Reservas de lucros

Os saldos remanescentes terão a aplicação determinada pela Assembleia, segundo o Art. 23 item III:

III - O remanescente, se houver, será colocado à disposição da Assembleia.

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No segundo trimestre de 2023, foram efetuadas as compensações dos dividendos a pagar com os valores de mútuos conforme deliberado na 27ª Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2023. Em decorrência, de prejuízo não haverá distribuição de dividendos referentes ao ano de 2023.

27. Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Receita de operação portuária	78.730	69.892
Receita de armazenagem	106.485	89.045
Receita de acondicionamento para transporte	3.048	1.841
Receita de reembolso	1.420	1.582
Receita de taxas	2.966	-
Receita de transbordo	360	2.581
(+) Total de receita	193.009	164.941
(-) Impostos sobre vendas	(11.464)	(9.696)
(-) Descontos incondicionais	(364)	(328)
(-) Total de deduções	(11.828)	(10.024)
Receita Operacional Líquida	181.181	154.917

28. Custos dos Serviços Prestados

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Serviços de terceiros	(40.759)	(48.435)
Taxas	(1.913)	(4.398)
Utilidades e Serviços	(1.079)	(874)
Arrendamentos	(7.974)	(6.972)
Material de Uso e Consumo	(2.647)	(2.991)
Custos com pessoal	(20.970)	(16.933)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(2.667)	(3.372)
Depreciações e Amortizações	(16.080)	(6.113)
Manutenção civil e infraestrutura	(10.788)	(5.964)
Locação de Equipamentos	(10.917)	(9.166)
Outros Custos Operacionais	(355)	(10.138)
Total	(116.149)	(115.356)

29. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Despesas com Pessoal	(10.586)	(5.801)
Remuneração pessoal chave (a)	(4.487)	(2.608)
Serviços e utilidades	(10.410)	(10.540)
Despesas com deslocamentos	(1.811)	(1.751)
Publicidade e Propaganda	(1.104)	(1.011)
Despesas com materiais	(189)	(213)
Despesas com taxas	(299)	(1.759)
Despesas com seguros	(1.183)	(924)
Despesas com informática	(2.744)	(2.414)
Contribuições e sindicatos	(412)	(382)
Responsabilidade social	(553)	(363)
Gastos com veículos	(320)	(394)
Meio Ambiente	(801)	(682)
Créditos Incobráveis - Indedutíveis	(456)	(976)
Outras despesas gerais e administrativas	(15)	(19)
Total	(35.370)	(29.837)

(a) Despesa com pessoal chave da administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No ano de 2023, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 4.487. O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros. O total de despesas com pessoal está apresentado abaixo:

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Salários e verbas contratuais	(4.202)	(2.278)
Honorários diretoria e conselhos	(4.487)	(2.608)
Contribuições para previdência social	(3.807)	(1.412)
Obrigações contratuais	(1.236)	(1.189)
Obrigações legais	(1.056)	(643)
Cursos e Treinamentos	(285)	(279)
Total	(15.073)	(8.409)

30. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Contingências e Atualizações	(1.898)	(2.080)
Recuperação de Seguros	1.206	110

Recuperação de Despesas Operacionais	693	1.401
Reversão Impairment Base Negativa e Prejuízo Fiscal	5.843	1.568
(Perdas) Ganhos na alienação de imobilizado.	38	(1.302)
Perdas de Estoque	(60)	-
Taxas Infracais e Administração	-	2.586
Vendas de Sucatas	2.991	3.971
Despesas Com Processos	(896)	-
Ganhos de Investimento	5.855	-
Outras Despesas Assessoria e Consultoria	-	94
Perdas Processos Judiciais	(3.361)	-
Outras Perdas não Operacionais	(64)	(107)
Total	10.347	6.241

31. Resultado Financeiro

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a 31/12/2023	a 31/12/2022
Descontos Obtidos	94	18
Variação cambial ativa	1.484	1.312
Juros Recebidos	23	42
Atualização Monetária - Mútuos Ativos	6.074	4.848
Outras Receitas Financeiras	342	2.548
(+) Receitas Financeiras	8.017	8.768
Despesas Bancárias	(628)	(709)
Juros Pagos	(20.593)	(12.160)
Atualização Monetária	(5.074)	-
Multas	(780)	(135)
Variação Cambial Passiva	(520)	(1.964)
Despesas com Debêntures	(20.420)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(117)
Outras Despesas Financeiras	(6)	(808)
(-) Despesas Financeiras	(48.021)	(15.893)
Resultado financeiro	(40.004)	(7.125)

32. Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescidos de 10% adicional sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa social limitada a 30% do lucro real.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	5	8.840
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL Nominal	(2)	(3.006)
Ajustado por:		
Depreciação Fiscal	559	(2.543)
Despesas Indedutíveis	390	365
Custo Atribuído e Vida útil	193	-
Crédito fiscal não reconhecido sobre diferença temporária revertida	(1.355)	632
Compensação de Prejuízo Fiscal	-	(438)
Baixa de prejuízo fiscal não utilizado	(5.843)	-
Outros efeitos líquidos	1.135	2.208
Limitador de 10% IRPJ	-	(81)

IRPJ e CSLL Diferidos	(4.849)	(1.899)
IRPJ e CSLL Corrente	(74)	(964)
Total	(4.923)	(2.863)
Alíquota Efetiva	98,460%	32%

33. Informação por Segmento

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento portuário tendo como operação principal a carga e descarga de navios. A administração entende que as operações portuárias e de armazenagem contemplam uma única condição comercial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

34. Gerenciamento de riscos financeiros e operacionais

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atua, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. Os quais, são gerenciados ativamente em conformidade com as políticas e diretrizes internas.

34.1 Riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de suas atividades:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;
- Risco cambial.

Principais instrumentos financeiros

A Companhia mantém certas operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros são:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Aplicações financeiras;
- Contas a receber e títulos a receber;

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

- Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2023 há contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, atrelados aos indexadores CDI, IPCA e TJLP. Dessa forma, o risco da Companhia passa a ser a exposição à variação destes indexadores. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação dos indexadores:

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos (CDI)	28.369	28.807
Debêntures (IPCA)	81.243	61.585
Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Mútuos (TJLP)	73.656	70.664
Aplicações Financeiras (CDI)	5.774	20.552

Análise de Sensibilidade das Taxas de Juros

Passivos	Saldo em: 31/12/2023	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	28.369	29.067	29.241	29.416
Debêntures (IPCA)	81.243	82.494	82.807	83.120
Ativos	Saldo em: 31/12/2023	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Mútuos (TJLP)	73.656	78.466	79.668	80.871
Aplicações Financeiras (CDI)	5.774	5.916	5.952	5.987

O cenário provável considera as taxas futuras de juros projetadas para 90 dias, CDI 2,46%, IPCA 1,54% e TJLP 6,53%. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50% respectivamente.

- Risco de crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um devedor falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia, dos mútuos e operações com partes relacionadas ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes e das partes relacionadas da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A Companhia busca operar com instituições financeiras reconhecidas no mercado e que gozem de boa reputação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	280	1.775
Aplicações financeiras	5.737	19.012
Contas a receber e títulos a receber	26.777	9.063
Partes relacionadas	73.656	70.664
Total	106.450	100.514

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	26.877	14.725
Instrumentos financeiros derivativos	-	117
Empréstimos e financiamentos	28.369	28.807
Debêntures	81.243	61.585
Total	136.489	105.234

- Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. De modo geral, o risco cambial está concentrado em clientes e não é considerado relevante pela Administração.

- Derivativos e Riscos Associados

A Companhia possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 121 de 06 de junho de 2022.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

Apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis.

Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Contas a Receber em Moeda Estrangeira (I)			
- USD 1.054	5.106	3.830	2.553
Total	5.106	3.830	2.553

Os cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração (recebíveis ou desembolsos) na variável do risco considerada respectivamente (Cenário I e Cenário II).

- Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2023 estão abaixo apresentados:

Indicadores de gestão de capital	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas de curto prazo	105.728	61.252
Dívidas de longo prazo	138.244	105.268
Total da dívida	243.972	166.520
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(781)	(1.775)
(=) Endividamento Líquido	243.191	164.745
Patrimônio líquido	143.907	150.282
Índice de endividamento	1,69	1,10

35. Cobertura de Seguros (não auditado)

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	40.000
Bens móveis e imóveis	139.322

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

36. Evento subsequente

A Companhia obteve aprovação (waiver) em 19 de abril de 2024 para não declaração do vencimento antecipado das debêntures em razão do descumprimento das seguintes cláusulas restritivas existentes no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples ("Instrumento"):

(a) Realização de Transações com Partes Relacionadas, conforme previstas nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em descumprimento com o disposto na Cláusula 6.1.2, incisos (xiii) e (xxv), do Instrumento;

(b) Descumprimento do volume de Direitos Creditórios Take or Pay pagos na Conta Vinculada previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (xxiv), do Instrumento, exclusivamente no período compreendido entre o dia 1º de março de 2023 e o dia 29 de fevereiro de 2024, nos termos da Cláusula 5.2.8 do Instrumento;

(c) Descumprimento da obrigação de manter o cumprimento por si e por um Cliente Chave das suas respectivas obrigações previstas no Contrato Take or Pay, conforme prevista na Cláusula 6.1.2, inciso (xxiii), do Instrumento, exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(d) Descumprimento da manutenção do índice financeiro EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,50x previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (xiv), do Instrumento, exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(e) Descumprimento da sua obrigação de adimplemento de obrigações pecuniárias envolvendo valor, individual ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), conforme previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (i), do Instrumento, exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Companhia não realizou a reclassificação no curto prazo, em virtude do entendimento de que a dívida não estaria vencida em data de 31/12/2023, uma vez que, conforme as cláusulas 6.1.2 e 6.1.3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, que estabeleciam que o descumprimento não resultava automaticamente em vencimento antecipado, sendo necessário o pronunciamento dos debenturistas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Porto Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Base para opinião com ressalva

Conforme notas explicativas nº 19 e nº 36, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples em 31 de dezembro de 2023, e obteve a aprovação de prorrogação dos debenturistas somente após o encerramento do exercício social, fato esse que acarretou o vencimento antecipado da obrigação, no montante de R\$ 81.243 mil. Destas cifras, R\$ 74.382 mil estão classificadas no passivo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que, a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após 31 de dezembro de 2023, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada para o passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante a menor em R\$ 74.382 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto identificado foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Mútuos com partes relacionadas

De acordo com a nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado a título de mútuos e adiantamentos com partes relacionadas, os montantes de R\$ 73.656 mil e R\$ 16.503 mil, respectivamente. Tais transações, ocorreram nos últimos anos para apoiar nos investimentos do grupo empresarial e para em operações comerciais, sendo elas acordadas entre as partes e com prazos de pagamento aditivados conforme descrito na referida nota explicativa.

Devido aos aspectos inerentes ao processo de determinação de recuperabilidade destes créditos, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma rele-

vante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidentes de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequente mente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 29 de abril 2024

Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.

CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

Porto Ponta do Felix SA Relatorio da Administracao pdf

Código do documento 6f5a37bb-bad3-43ea-a613-2285b1da670d



Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 Apr 2024, 18:48:56

Documento 6f5a37bb-bad3-43ea-a613-2285b1da670d **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-29T18:48:56-03:00

29 Apr 2024, 18:49:33

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-29T18:49:33-03:00

29 Apr 2024, 18:49:59

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Assinou Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 177.220.181.185 (185.181.220.177.dynamic.copel.net porta: 45180). Dados do Certificado: CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126, OU=presencial, OU=76085620000132, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=PARANAGUA, ST=PR, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-29T18:49:59-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f24101f1ce2822e3c4b5e6e12a6d37aa77d13ac31b30beb83f87ea8069dbe416
(SHA512):8c8ee6317d0a63c37cf31ca7fdb00a7148c339178678f86a560012546c8324e62eea36c0b9e86588c679a396805e4d3c7852bd3e7f9b51681076a5da2980469f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign